



Juntos Somos
Fortes!

ANO XIX - EDIÇÃO 208 - ABRIL DE 2016

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO 9912296029
ECT/DR/MG
SINTUFEJUF

Leia também
NESTA EDIÇÃO

Empoderamento da
mulher é tema de
Plenária da Fasubra

pág. 4

Governador Valadares
entrega demandas à
nova administração
superior

pág. 5

Campanha de prevenção
ao Glaucoma realiza
medição de pressão
ocular no Sintufejuj

pág. 6

Servidor em estágio
probatório tem direito a
licenças

pág. 7

Em Dia Nacional de
Paralisação, Sintufejuj
faz primeira reunião
com nova reitoria

pág. 8

Aposentadoria é tema de seminário da Fasubra, em Brasília

Aposentados e aposentandos do Sintufejuj participam de evento
página 3



Ministério público questiona controle de frequência

Servidores voltam a discutir ponto eletrônico

página 5



CARTA AO LEITOR

30 HORAS, JÁ!

Turnos contínuos nas instituições federais de ensino e jornada de 30 horas semanais para os trabalhadores. Esta é uma luta das universidades em todo o país.

Em acordo com o decreto presidencial 4.836/2003 (Servidores da Administração Pública Federal), os técnico-administrativos em educação da UFJF cumprem a jornada de 30 horas nos setores em que há funcionamento ininterrupto. A instituição possui normativa própria, a Portaria 695 de 29 de dezembro de 2006, que autoriza os gestores a flexibilizarem a jornada de trabalho.

Uma vitória da categoria! No entanto, esta conquista ainda precisa ser regulamentada e estendida a todos os trabalhadores. Por isso, a necessidade de continuarmos lutando na construção de um documento que assegure este direito, mantenha todas as nossas conquistas já obtidas e amplie a flexibilização aos que ainda não conseguiram esse direito. Para isto, é imprescindível a contribuição dos TAEs, participando das assembleias e reuniões no Sintufejuj, dando suas sugestões e

apresentado para toda a categoria a realidade de cada setor.

Este é um debate antigo, encabeçado também pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

Acreditamos que a jornada de trabalho reduzida melhora a qualidade de atendimento à sociedade em geral, uma vez que o servidor trabalha motivado. Neste mesmo sentido, instituições públicas de relevância deste país, como, por exemplo, a Defensoria Pública da União, já instituíram a jornada de 30 horas (6 horas corridas), sem redução de salário.

O resultado são mudanças favoráveis no andamento dos trabalhos, com setores sempre abertos, além da melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores.

Além do Decreto 4.836/2003, nossa luta é legitimada de modo específico na administração direta do governo, através das Portarias MEC 1.497/2008 e MS 1.281/2006; na Lei 12.317/2010, relativa aos(as) Assistentes Sociais).

Espaço do servidor

Como você avalia o funcionamento dos Hospitais Universitários a partir da Ebserh?



João Célio Toledo - HU/CAS

“A gente está em período de implantação ainda. Tem vários setores com problemas de adaptação de funcionários, de como passar o serviço para funcionários novatos, ainda tem muito problemas. No entanto, nós esperamos que melhore. Já foram feitas contratações em vários setores, mas ainda tem locais que está tendo demanda. Um dos setores que mais precisa é a enfermagem. Lá a demanda é urgente, uma vez que a maioria já era terceirizada, em contrapartida, outros setores contratou gente a mais. É um período de adaptação. Ainda temos problemas de falta de material, laboratório, temos muitos problemas para serem resolvidos”.

“Por enquanto não houve nenhuma modificação significativa, porque o problema do HU é basicamente financeiro, de repasse de recursos. Como a fonte de recursos para a Ebserh é a mesma da Universidade, ou seja, o tesouro nacional, e a situação econômica do país, a gente sabe muito bem que não está legal, as melhorias previstas, por enquanto ainda não foram notadas. Minha expectativa é que nós vamos continuar vivendo esta situação por um bom tempo. Enquanto não melhorar a situação financeira do país, a nossa vai continuar ruim”.



Geraldo Lúcio de Oliveira - HU/CAS

“O funcionamento do hospital ainda está em fase de transição, por isso ainda não podemos fazer uma avaliação. Por enquanto não mudou muita coisa, mas vai mudar. Por exemplo, o telefone, nós teremos senha para usar, para pegar material no almoxarifado, vamos precisar do CPF, são mudanças burocráticas, metas a serem cumpridas. Mas até o momento, não tivemos nenhuma reunião oficial com a chefia. Acredito que o primeiro ponto a ser trabalhado é a mudança de cultura, principalmente na área médica, para se adaptar à burocracia. Isso só vai acontecer a longo prazo. Em relação ao coleguismo, o convívio com os novos funcionários, está legal, pelo menos no meu setor”.



Célia Maria Villela - HU/ Santa Catarina

EXPEDIENTE

Sintufejuj

Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora
 Rua Santo Antônio, nº 309 - Centro
 Tel.: (32) 3215-7979 / Fax: (32)3215-3876
 www.sintufejuj.org.br
 comunicacao@sintufejuj.org.br
 Twitter: @sintufejuj
 Facebook: https://www.facebook.com/sintufejuj

Coordenação Geral:

Paulo Dimas de Castro
 Lucas da Silva Simeão

Coordenação de Comunicação:

Rogério da Silva
 Silvestre dos Santos
 Jornalista Responsável:
 Camila Pravato
 13.164 - DRT/MG

Conselho Editorial:

José Pedro de Paula
 Lêda Maria Chaves Faria
 Lucas da Silva Simeão
 Nilza Lino
 Paulo Dimas de Castro
 Rogério da Silva
 Rosângela Frizzero
 Silvestre dos Santos

Diagramação:

Sintufejuj

Colaboração: Laura Kronbauer e Mauro Assis.

Fotos: Sintufejuj

Projeto gráfico: Laura Kronbauer

Os artigos assinados são de total responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sintufejuj.

FASUBRA

Plenária discute análise de conjuntura e empoderamento da mulher

Plenária vota posição contrária ao impeachment e as políticas que retiram direitos dos trabalhadores

Entre os dias 01 e 03 de abril, 152 delegados e delegadas de 35 entidades de todo o Brasil participaram da Plenária Nacional da FASUBRA Sindical, realizada em Brasília. Definidos em assembleia, conforme a proporção, participaram da Plenária, Lucas Simeão, Heronides Meireles, Érick Carvalho (de Governador Valadares) e Flávio Sereno Cardoso.

Na manhã do primeiro dia foi realizado um painel com o tema sobre o empoderamento da mulher e a ameaça do zika vírus (causador da microcefalia em recém-nascidos). Ministrada por Érica Luciana Andreassy, do Movimento Mulheres em Luta, a palestra foi dirigida por Eurídice Almeida e Ivanilda Reis, da coordenação da Mulher Trabalhadora.

De acordo com relato do Coordenador Geral Lucas Simeão, no Brasil já são 7 mil casos de microcefalia, e



Foto: Fasubra

Plenária apresenta painel sobre a luta das mulheres

um dos motivos que contribuem para a epidemia é o fato de que 28 milhões de brasileiros não possuem saneamento básico, o que aumenta a proliferação de mosquito.

Já no dia 02, foi realizada a análise de conjuntura, que discutiu temas como o impeachment (reforçando o posicionamento da maioria contrária ao golpe),

contra a Reforma Fiscal, Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16 e contra a reforma da previdência. No dia 03, foram aprovadas as propostas de moção, posição política diante da conjuntura nacional e calendário da Federação.

Heronides Meireles lamentou a mudança da pauta da Plenária, excluindo o debate sobre carreira. O delegado expôs também sua preocupação em relação às finanças da Fasubra, uma vez que houve um desfalque devido a uma ação trabalhista perdida na justiça. No entanto, a federação garantiu que na próxima plenária será apresentado e discutido o balanço da entidade. Flávio Sereno chama atenção para o tema da próxima plenária, prevista para Junho, que é a Regulamentação das 30h nas Universidades.

APOSENTADOS

Servidores retomam Grupo de Trabalho no Sintufejuj para discutir Carreira

O objetivo do GT é realizar estudos e criação de propostas para a Fasubra Sindical

Nos dias 07, 08 e 09 de abril aconteceu o IV Encontro Nacional dos Aposentados e Assuntos de Aposentadoria da Fasubra, no Auditório 3 da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - DF. Organizado pelos diretores Darci Cardoso e Maria Loura Silveira, da pasta de aposentados da Fasubra, o evento contou com a presença de mais de 200 participantes da base da Federação de todo o país. Juiz de Fora esteve presente através dos coordenadores do Sintufejuj Paulo Dimas de Castro, Rogério da Silva, Silvestre dos Santos e Nilza Lino, o coordenador do GT Aposentados e e Assuntos de Aposentadoria Aluísio da Silva, e os aposentados Fátima Berion e João Francisco Freitas.

Segundo Silvestre dos Santos, o evento contou com discussões sobre as ameaças de retirada de direitos trabalhistas conquistados; reposicionamento nas IFES; violência contra o idoso; qualificação; participação nos conselhos superiores; inclusão dos aposentados das estaduais. A senadora Fátima Bezerra falou sobre a PL 53/2011 do Senador Paim, que altera a Lei do PCCTAE, realizando o enquadramento definitivo dos servidores

aposentados e pensionistas na estrutura do plano de carreira e vencimentos. No dia 08, teve a palestra sobre aposentadoria com o professor Carlos Cunha, de Santa Maria. Já a palestra sobre "Violência contra a Mulher" foi ministrada por Beatriz Cruz da Silva, assessora da Secretaria Pública do Ministério da Justiça (SENASP). No encontro aconteceu também a Primeira mesa de Aposentados Estaduais, representada por aposentados da base da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Um dos principais temas apontados por Aluísio Silva, debatido no encontro, foi a quebra de paridade. "A emenda 41 quebrou a paridade, e quem entrou recentemente na universidade, está mais exposto a essa quebra. Por isso, é importante uma luta da categoria", afirma.

Rogério da Silva lamenta que a participação da assessoria jurídica da Fasubra, não tenha apresentado soluções. "Fizemos alguns questionamentos sobre como ficam os aposentados com a racionalização, e também em relação aos cargos extintos com o aprimoramento da carreira. Os advogados não deram a resposta que a gente queria", diz Rogério.



Foto: Luciana Castro, Fasubra

Aposentados e Aposentandos do Sintufejuj falam sobre evento

Para Paulo Dimas, além da quantidade representativa de participantes, é importante destacar a qualidade das intervenções. "Pessoas recém aposentadas e aposentadas há vários anos deram contribuição significativa", comenta.

Segundo Nilza Lino, uma das reivindicações foi o retorno do contracheque de papel para os aposentados e pensionistas. Fátima Berion falou sobre a importância de brigar pelo ticket alimentação, e a necessidade de criar uma gerência de aposentados na universidade. Para João Francisco, o evento é um incentivo para o aposentado, para lutar e exigir seus direitos.

Cerimônia de transmissão de cargo empossa novos reitor e vice da UFJF

Coordenadores do Sintufejuf participaram de cerimônia

Em cerimônia realizada no Cine-Theatro Central, o novo reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Marcus Vinicius David, e a vice-reitora, Girlene Silva, receberam a transmissão de cargo no dia 15 de abril.

Marcus David assumiu o compromisso com o diálogo e transparência na tomada de decisões.

Representando os TAEs, estiveram presentes na cerimônia Paulo Dimas de Castro, Janemar Melandre, José Fânias Lima, Ricardo Bonfante, Maria dos Remédios Pereira da Silva e Márcia Ap. de Paula. Em seu discurso de boas vindas, o coordenador Geral do Sintufejuf, Paulo Dimas de Castro falou sobre a tranquilidade do

processo democrático que elegeu os novos reitor e vice. Ele chamou atenção para os desafios que a administração enfrentará devido aos problemas que surgem com crescimento da instituição. Paulo Dimas lembra que a universidade é formada pelos segmentos que atuam diretamente, como TAEs, docentes, alunos e terceirizados, e os que atuam indiretamente, (demais usuários e toda a comunidade de Juiz de Fora e Governador Valadares).

Também discursaram no evento representantes dos trabalhadores terceirizados, dos estudantes e dos docentes da UFJF.



Marcus David assume compromisso com diálogo e transparência



TAEs da UFJF estiveram presentes em cerimônia



Autoridades e representantes dos diversos segmentos da UFJF cumprimentam nova gestão



Coordenador geral do Sintufejuf, Paulo Dimas dá as boas vindas

Conheça as etapas do processo de impeachment

No dia 10 de maio, os senadores votaram pela abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Foram 55 votos favoráveis e 22 contrários.

Desta forma, Dilma fica afastada provisoriamente durante o período máximo de 180 dias para que ocorra o julgamento, sendo o processo conduzido pelo senado, sem um prazo definido para a conclusão dos trabalhos. Após esse período, a comissão entrega um parecer com a decisão se a presidenta deve ou não continuar no cargo. Tornando-se ré na produção do juízo de pronúncia, votada pela comissão e depois pelo plenário. A sessão final do processo acontece também no Senado, sob a direção do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. Para destituir a Presidenta definitivamente do cargo, são necessários dois terços dos votos

do Senado (54 de um total de 81). Caso contrário, ela reassume imediatamente suas funções.

O processo teve início quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu uma denúncia por crime de responsabilidade da presidenta Dilma Rousseff. Em 17 de abril, com 367 votos, deputados federais e estaduais, decidiram pela continuidade no senado.

Durante a Plenária da Fasubra, no dia 3 de abril, foi aprovada em votação entre os delegados presentes a posição política da federação diante da conjuntura nacional, e a publicação de uma nota contra o impeachment, e as políticas que retiram direitos dos trabalhadores. Além dessa nota, em 23 de março, os TAEs da UFJF aprovaram em assembléia uma nota pública, também contrários ao processo de impeachment, entretanto, criticaram

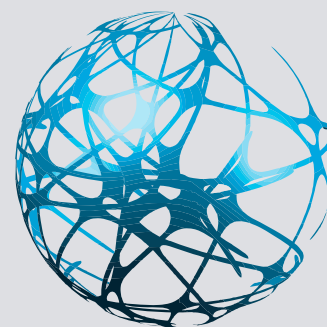


Foto: Fasubra

Plenária Nacional vota nota contra o impeachment

Servidores de GV apresentam demandas de campus avançado para nova reitoria Documento com as reivindicações foi elaborado a partir de reunião realizada em Dia Nacional de Paralisação

Em Governador Valadares, o dia Nacional de Paralisação convocado pela Fasubra Sindical para 14 de abril, foi marcado por uma reunião dos servidores técnico-administrativos lotados no Campus Avançado. O objetivo era mostrar no local de trabalho que paralisação não serve para ficar em casa.

Os trabalhadores aproveitaram a ocasião para realizar uma reaproximação dos TAEs, uma vez que a universidade funciona em prédios distintos e, com isso, muitos acabam não tendo contato com os colegas de setores diferentes. Eles alegaram que trabalham em espaços alugados (e muitas vezes improvisados) e por isso existe a influencia dos

proprietários dos locais na vida dos servidores dentro da instituição. Muitas proibições e problemas surgiram justamente desse compartilhamento de espaços com as instituições locadoras. Durante a reunião, cada TAE relatou quais são os problemas enfrentados, bem como as condições de trabalho, o que acabou gerando maior empatia entre as pessoas.

A partir deste encontro, foram levantadas as demandas para a melhoria da instituição e do bem-estar local. Foram apresentadas sugestões que se atendidas podem proporcionar benefício a toda UFJF-GV. Segundo informações do servidor Erick Carvalho Campos, os documentos elaborados foram entregues ao Sintufejuf

e à administração superior. “Enviamos essa lista de demandas para administração porque acreditamos que sem diálogo não vai ser possível que a instituição funcione. Os problemas tem que chegar até quem tem a obrigação/poder de solucioná-los, senão, mesmo um julgamento sobre a competência da administração é impossível” explica Erick. Entre os principais problemas que afetam os três segmentos da UFJF-GV, ele destaca as relações conturbadas com os locadores dos espaços, que prejudica a rotina dos servidores, estudantes e docentes, por isso, é necessário ter mais acesso a esses contratos que definem as relações entre as partes.

30 HORAS

Assembleia discute documento sobre flexibilização da jornada de trabalho

Debate é retomado em reunião com a categoria no Sintufejuf para formulação de uma contra-proposta

Em assembleia realizada no dia 27 de abril, os trabalhadores técnico-administrativos em educação da UFJF discutiram sobre a flexibilização das jornadas de 30 horas semanais para os servidores da instituição. Na ocasião, foi realizada a análise de dois documentos disponíveis no site do sindicato (www.sintufejuf.org.br), são eles “Proposta das 30 horas” e “Resolução das 30 horas”. O objetivo é reformular algumas questões para serem encaminhadas para a reitoria da UFJF, com o intuito de regulamentar a jornada ininterrupta de trabalho com a carga diária de 6 horas.

Durante a leitura, os servidores manifestaram os pontos que mereciam destaques. Ao final, foram feitas as observações gerais da proposta, e debatido ponto a ponto cada artigo da resolução.

Para a coordenadora do Sintufejuf Leda Faria, o primeiro documento não abrange todos os funcionários da instituição, uma vez que alguns setores não terão como implementar a proposta. “Temos que pensar numa solução, este deve ser o ponto principal do documento”, afirma.

Segundo Flávio Sereno, a UFJF já faz a jornada flexibilizada há mais de 20



Paulo Dimas relata reunião com a vice-reitora sobre 30h

anos, em acordo com administrações anteriores. No entanto, é necessário regulamentar para que não haja um retrocesso de uma conquista histórica. Paulo Edson afirma que esta questão precisa ser discutida com clareza e transparência com toda a categoria.

Para o técnico-administrativo Márcio Sá, mediante a recomendação do Ministério Público para a implantação do ponto eletrônico, a discussão das 30 horas se faz ainda mais urgente.

O coordenador geral Paulo Dimas lembra que a regulamentação da jornada de 30 horas fez parte do programa da campanha eleitoral da atual reitoria. No entanto, em reunião no dia Nacional de Paralisação, a vice-reitora Girlene Silva apresentou incertezas em relação ao

assunto. Patrícia Maфра manifestou sua insegurança em relação ao discurso de Girlene Silva. “Embora ela afirme que defende as 30 horas, ela não se coloca pontualmente contrária ao ponto eletrônico”, lamenta Patrícia.

Em relação à resolução, os servidores comentaram cada parágrafo. Heronides Meireles questionou a composição desproporcional da comissão, que conta com quatro representantes da administração superior, um da CIS e dois do Sintufejuf. Foi sugerida a retirada de alguns itens da resolução, como o que fala sobre a existência de quantitativo de servidores técnico-administrativos adequado para implementação da jornada de trabalho flexibilizada.

Para dar continuidade à discussão, foi realizada no dia 02 de maio uma reunião na sede administrativa do Sintufejuf, que contou com a presença de representantes de todos os grupos políticos de servidores da universidade. Foram debatidas as diretrizes para a construção de uma contra-proposta a ser apresentada para a comissão. O encontro também apontou a necessidade de agendar uma reunião com a reitoria, além de aumentar o número de servidores membros da comissão.

Eventos em DESTAQUE

25 de maio
Dia Saúde Consciente

19 e 20 de junho
Plenária Nacional da Fasubra

Julho
Seminário dos Aposentados

Saúde e bem estar



Sintufejuf promove campanha de prevenção ao glaucoma

Há quanto tempo você não procura um oftalmologista para realizar exames periódicos? Fique atento, pois o Sintufejuf em parceria com a Associação dos Cegos promove o Dia de Saúde Consciente. Com a realização de exames para diagnosticar o glaucoma, como a medição da pressão ocular, o evento será realizado no dia 25 de maio, véspera do Dia Nacional de Combate ao Glaucoma. Serão distribuídas 400 senhas, a partir das 9h. O público alvo são pessoas acima de 40 anos, uma vez que esta é a faixa etária com maior incidência de casos.

Segundo o diretor Clínico da Associação dos Cegos, Luciano Arantes, o objetivo do encontro é orientar as pessoas sobre a importância de fazer o exame periódico. "Nós fizemos essa parceria para promover uma orientação para as pessoas, que geralmente pensam que problema ocular é apenas o uso de óculos. Quando chega aos 40 anos, ao apresentar a vista cansada, ao invés de procurar o oftalmologista, vai na banca de jornal e compra um óculos para perto. Acredita que o problema foi resolvido,

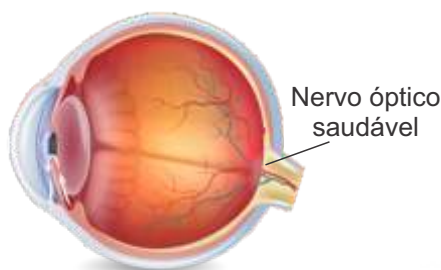
perdendo a chance de fazer o exame básico de oftalmologia", explica.

De acordo com Luciano, as estatísticas apresentam que um milhão de pessoas no Brasil possuem a doença. No entanto, mais da metade dessas pessoas não sabe, ou não teve acesso ao diagnóstico.

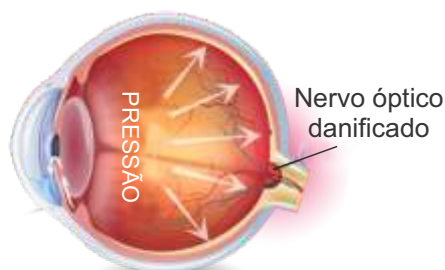
A doença se refere a um conjunto de fatores que afetam o nervo ótico, podendo causar o aumento da pressão intra-ocular. Essa pressão, ao longo dos anos causa uma perda crônica da visão, que pode chegar à cegueira. O diagnóstico precoce evita o avanço da doença. Embora a utilização do colírio não recupere a visão, não deixa que a perda continue.

A causa é variada, existe, grupos de riscos, que são pessoas acima dos 40 anos, pessoas afrodescendentes, com alta miopia, diabéticas, que fazem uso de corticóides, pessoas com histórico na família, entre outros.

Ainda no dia de Saúde Consciente do Sintufejuf, haverá atendimento personalizado da Uniben e da Tóquio Marine Seguradora, que estarão presentes para tirar dúvidas dos servidores.



OLHO NORMAL



GLAUCOMA

Novos convênios

- Parkidiomas (Escola de idiomas)
Rua Padre Café, 179. São Mateus
3026-7005
30% desconto na mensalidade
40% desconto na matrícula

Obituário

- † Álvaro Martins - Aposentado
31/08/1931 + 18/04/2016
- † Inis Pancini - Aposentada
18/12/1934 + 06/04/2016
- † João Baptista Bedendo
13/06/1938 + 03/04/2016
- † Reginaldo Ferreira dos Santos - Aposentado
13/01/1930 + _____

Avisos

- Classificados do Sintufejuf está aberto para os sindicalizados. Envie o anúncio para comunicacao@sintufejuf.org.br ou pelo telefone 3215-7979
- Reuniões do GT Aposentados, pensionistas, aposentandos e assuntos de aposentadoria - toda Quarta-feira às 14h

Reuniões do GT Carreira -

Reuniões do GT Anti racismo -



9 de maio | Dia do **SINDICATÁRIO**

PORQUE A LUTA NÃO PODE PARAR





para entender **DIREITO**

ÁREA ADMINISTRATIVA

Servidor em estágio probatório pode ter licença concedida para tratar de saúde

Em caso de licença por motivo de doença em pessoa da família, acompanhamento de conjuge, atividade política entre outros, o estágio é suspenso, sendo retomado a partir do término do impedimento

Os servidores que estão em estágio probatório também têm direito à concessão de licença para tratamento da própria saúde. Esta permissão está prevista no Art. 202 da Lei nº 8112/90, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Conforme o artigo 20, parágrafo 4º, a lei prevê ainda licenças e afastamentos por motivos de doença em pessoa da família, acompanhamento de cônjuge ou companheiro (prazo indeterminado e sem remuneração), para exercer atividade política, servir em organismo internacional, e para participação em curso de formação. Nestes casos, o estágio probatório ficará suspenso, sendo retomado a partir do término do impedimento. Também são concedidos licença e afastamento para o serviço militar, exercício de mandato eletivo, estudo ou missão no exterior.

O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade, para ocupar cargos de natureza Especial ou em missão do grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5, e 4, ou equivalentes.

Estes servidores podem também participar de treinamento de curta duração, desde que seja de interesse do órgão ou entidade, necessário ao desempenho das atribuições do cargo para o qual foi nomeado e não prejudique

realização da avaliação de desempenho a que deve ser submetida.

Entenda o estágio probatório

Estágio probatório é o período que visa aferir se o servidor público possui aptidão e capacidade para o desempenho do cargo de provimento efetivo ao qual ingressou através de concurso público. Também chamado de estágio de confirmação, tem início com entrada em exercício no cargo, correspondendo aos três primeiros anos de atividade, cujo cumprimento satisfatório é requisito para aquisição de estabilidade.

Trata-se de um processo no qual se faz necessária a avaliação do servidor quanto à assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. Dessa forma, ao longo do período, o servidor será avaliado por essas características, podendo ser exonerado do cargo se não cumprir satisfatoriamente tais requisitos de adequação. Mas, transcorrendo o intervalo de tempo e sendo aprovado, o servidor estará habilitado para adquirir estabilidade no serviço público quando completar três anos de exercício.

O servidor que não for aprovado no estágio probatório poderá ser exonerado do cargo, ou se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado. Importante esclarecer que a exoneração não poderá ser realizada sem o devido processo administrativo, devendo o servidor ter ciência das avaliações a que foi submetido, bem como podendo recorrer da decisão tomada, assegurando-lhe o direito ao

contraditório e a ampla defesa.

Quanto à avaliação de desempenho do servidor, não há regras detalhadas com a aplicação uniforme em toda a Administração Pública Federal. O que existe são orientações gerais, bem como princípios, critérios e sistemas que devem ser observados por cada órgão, entidade e carreira. Os critérios gerais decorrem da própria Lei nº 8112/90 em conformidade com as normas e princípios constitucionais.

Direito de greve no estágio probatório

Em relação ao movimento grevista, a jurisprudência nacional protege o servidor que, durante o estágio probatório, exerce o direito de greve. A participação em movimento grevista, direito constitucionalmente assegurado, muito embora não regulamentado por norma infraconstitucional (abaixo da Constituição), não é suficiente para ensejar a exoneração do servidor, bem como a aplicação de qualquer penalidade. A ausência constante no trabalho em decorrência de greve não pode prejudicar o servidor, uma vez que não teria como motivação a vontade consciente de não comparecer ao trabalho simplesmente por não comparecer, ou não gostar de trabalhar. Revela uma inassiduidade (ausência) imprópria, resultante de um movimento de paralisação da categoria em busca de melhores condições de trabalho, não podendo prejudicá-lo.

PLANTÕES DEPARTAMENTO JURÍDICO

Toda reunião a ser marcada pelo sindicalizado em qualquer órgão, com a presença do advogado do sindicato, deverá ser agendada dentro do horário de atendimento do mesmo, conforme o cronograma do Departamento Jurídico.

Área Administrativa

3ª e 6ª feira (13:30h às 17:30h): Vivian Fagundes
3ª feira (08h às 12h30): Luciana Delácio
4ª feira (08h às 11h30): Luciana Delácio
2ª feira (10h às 14h): Sérgio Ricardo

Área Cível

2ª e 3ª feira (14h às 18h): Alessandro Coutinho
4ª e 5ª feira (09h às 13h): Alessandra Alves

Em caso de desistência, pedimos que nos comuniquem.

CONTRA PLP257/2016

Servidores da UFJF aderem à Paralisação Nacional convocada pela Fasubra

Manifestantes aproveitaram o dia para se reunir pela primeira vez com a nova administração superior

No dia 14 de abril, os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Juiz de Fora aderiram à Paralisação Nacional convocada pela Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil). A decisão ocorreu na assembleia geral no dia 13, em Juiz de Fora e Governador Valadares.

O ato teve início às 7h30, com o fechamento dos portões laterais da reitoria. Já a entrada principal ficou parcialmente fechada. Biblioteca Central e setoriais, Central de Atendimento, Serviço de Transporte e Restaurante Universitário (Centro) tiveram serviço suspenso.

Às 9h os manifestantes fizeram a primeira reunião com a nova administração superior, representada pela vice-reitora Girlene Silva. Foram debatidos pontos como as 30h e os prejuízos que a PLP257/2016 podem trazer para o servidor público. Em relação ao ponto eletrônico, Girlene Silva disse que este assunto só entra em pauta depois de regulamentadas as 30h.

Após a reunião, os servidores subiram para o Restaurante Universitário para liberar a roleta como parte do ato, permitindo refeição gratuita para cerca de 4



Em reunião, servidores técnico-administrativos discutem sobre as 30h com a nova gestão

mil pessoas, servidores, alunos, terceirizados e docentes.

A paralisação Nacional foi votada durante a Plenária Nacional da Fasubra, realizada nos dias 01, 02 e 03 de abril, contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16, que ataca os direitos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, e contra a proposta de reforma da Previdência. O projeto tramita em caráter de urgência na Câmara dos Deputados.



As 7h30 da manhã, primeiros manifestantes iniciaram ato com fechamento de portões na reitoria



Restaurante Universitário Campus teve funcionamento com catraca liberada

GT CARREIRA

RSC, técnico substituto e anexo II são temas de GT Carreira

Formulário foi disponibilizado para a categoria preencher com informações das atividades desenvolvidas nos cargos

Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), técnico-administrativo substituto e anexo II do plano de carreira dos TAEs foram temas da assembleia geral realizada no dia 03 de maio no auditório de Estudos Sociais. A pauta já havia sido discutida em reuniões do GT Carreira realizadas no Sintufejuf.

Para saber a opinião da categoria em relação à análise preliminar do RSC apresentada pelo Conselho de Reitores dos Institutos Federais para os TAEs das IFES, o Sintufejuf disponibilizou um formulário em seu site. Também foram disponibilizados materiais sobre os três assuntos de discussão

do GT Carreira.

A assembleia entendeu a importância de construir uma política de RSC que contemple a todos. Desta forma aprovou a continuidade do debate na Fasubra. Também foi favorável ao debate sobre o Anexo II, entendendo que o aprimoramento da carreira pode oferecer benefícios substanciais aos trabalhadores em educação. Em relação aos TAEs substitutos, a assembleia se manifestou contrária a essa discussão, em defesa da contratação de servidor público via regime jurídico único, através de concurso público, alegando que seria um passo para privatização.

ELEIÇÃO HU

Dr Dimas é eleito superintendente do HU

Processo eleitoral aconteceu nos dias 9 e 10 de maio

Apesar da luta do Sintufejuf contrária à concessão administrativa do Hospital Universitário (HU) à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), foi realizada a primeira consulta à comunidade do HU para o cargo de superintendente. Único candidato inscrito, Dimas Augusto de Carvalho Araújo foi eleito com 535 dos 592 votos válidos. A eleição ocorreu nos dias 9 e 10 de maio.

Puderam se inscrever todos os docentes que atuam no HU. Estiveram aptos a votar os alunos inscritos nos cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Serviço Social, Odontologia, Nutrição, Psicologia e Educação Física, que desenvolvessem atividades no Hospital Universitário; professores da área da saúde e afins que atuam no HU e servidores técnico-administrativos pertencentes ao quadro pessoal do HU. Os eleitores pertencentes a mais de um segmento, tiveram direito a um só voto.